



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 9 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 21 de março de 2012

O ESTADO DE SÃO PAULO Dilma quer ZPEs funcionando até o fim deste ano 1 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Acre terá a primeira ZPE a sair do papel..... 2 VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Zona Franca de Manaus registra mais de 5.000 demissões no ano 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Vendas crescem 15% e governo deve prorrogar redução do IPI até junho 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
ZERO HORA Indústria naval transforma Estado 6 VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL A CRÍTICA Responsabilidade sobre as ruas do Distrito será decidida pela Justiça 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL D24AM Ausência de áreas emperra novos investimentos industriais no Estado 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	
DIÁRIO GAÚCHO Indústria naval traz investimentos e cria oportunidades para o Estado..... 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	
BLOG DO MARCOS SANTOS Estado vai consertar ruas do distrito e superintendente da Suframa lembra ações judiciais..... 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma quer ZPEs funcionando até o fim deste ano		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A presidente Dilma Rousseff deu prazo até o fim deste ano para que prefeitos e governadores façam funcionar as Zonas de Processamento de **Exportação** já autorizadas. Se isso não acontecer, as ZPEs vão "caducar". "Para alcançar os resultados de políticas públicas você precisa dos melhores", afirmou o secretário executivo do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de **Exportação** (CZPE), Gustavo Saboia Fontenele e Silva.

O governo espera ver quatro projetos saindo do papel. Um de **produção** de frutas em Parnaíba (PI), que prevê a transformação de acerola em vitamina C e barra de cereal. Outro no Ceará, onde a Vale e as sul-coreanas Posco e Donkuk devem investir US\$ 8 bilhões para desenvolver chapas grossas de aço em Pecém. / I.D.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Acre terá a primeira ZPE a sair do papel		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Receita Federal deve autorizar área livre de impostos para exportação ainda este mês

Iuri Dantas

A Receita Federal deve autorizar, até o fim do mês, o Estado do Acre a tirar do papel a primeira área livre de impostos para empresas exportadoras. A Zona de Processamento de Exportação (ZPE) vai facilitar o embarque de produtos industrializados a mercados como os da Ásia, via Oceano Pacífico. A permissão será dada na forma de uma portaria do Fisco, reconhecendo o local como uma espécie de posto avançado da Receita.

Esse "alfandegamento", segundo o jargão técnico, é o primeiro passo para a instalação de empresas no local, segundo Gustavo Saboia Fontenele e Silva, secretário executivo do Conselho Nacional as ZPEs. Significa, por exemplo, que as indústrias poderão desembarçar insumos importados na ZPE, além de deixar as mercadorias prontas para embarque no mesmo local, reduzindo custos aduaneiros e burocracia de outros órgãos.

"A ZPE tem duas faces. Em uma está a política pública de interesse do País, para desenvolvimento econômico e social, geração de renda e emprego", disse Saboia. "Por outro lado, a ZPE é um negócio, o que faz andar é a indústria."

O governo do Acre recebeu planos de negócios de 12 empresas de beneficiamento de madeira certificada e cartas de intenção de mais 30 indústrias querendo se valer dos benefícios da ZPE. Em um primeiro momento, serão criados cerca de 2,5 mil empregos diretos, segundo Edvaldo Soares

de Magalhães, secretário de Indústria, Comércio, Serviços e Tecnologia do Acre.

"Estamos a 1,7 mil quilômetros dos principais portos do Peru, somos o endereço mais próximo do Pacífico", disse o secretário, que espera receber investimentos de R\$ 100 milhões até o fim do ano. "O Acre é adolescente no processo de industrialização, a ZPE é a única forma de acelerar isso."

O governo do Acre investiu cerca de R\$ 25 milhões, segundo o secretário. Ele espera que o "alfandegamento" atraia o interesse de outros investidores. "A indústria de base florestal é a nossa praia, mas queremos atrair todas as atividades com perfil exportador", afirmou Magalhães.

Modelo. Previsto na legislação desde 1988, o modelo de ZPE nunca funcionou no Brasil, embora o governo tenha autorizado a criação de 23 unidades, como a de Teófilo Otoni (MG), que não saíram do papel. Na prática, são locais onde empresas têm isenção de ICMS e impostos federais e, em contrapartida, precisam exportar 80% da produção. Mas para que as empresas se instalem é preciso que o governo local faça o cercamento, monte um sistema de segurança e ofereça um mínimo de infraestrutura. Isso nunca aconteceu.

Segundo o Banco Mundial, há 3.500 locais que se assemelham a ZPEs em 135 países. Essas áreas geram cerca de 68 milhões de empregos e movimentam cerca de US\$ 500 bilhões por ano.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Zona Franca de Manaus registra mais de 5.000 demissões no ano		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

KÁTIA BRASIL

Número supera 2011 e está acima da média sazonal, diz sindicato

A **Zona Franca** de **Manaus** registrou mais de 5.000 demissões de trabalhadores efetivos desde janeiro deste ano, aponta o Sindicato dos Metalúrgicos do **Amazonas**.

Puxam a lista dos desligamentos indústrias que produzem condicionadores de ar split, que cortaram 774 vagas, e motocicletas, que fecharam 550 postos de trabalho.

O sindicato, a Eletros (associação de fabricantes de eletroeletrônicos) e a **Fieam** (Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas**) relacionam as demissões ao avanço das **importações** chinesas, que chegam por Estados como Santa Catarina, Pernambuco e Espírito Santo.

As fábricas de condicionadores de ar que demitiram foram LG Electronics, Whirpool (Brastemp e Consul), Electrolux, Climazon (Midea Carrier), Elgin e Gree. No setor de motos, houve demissões na Honda e na Kasinsk.

As 5.256 demissões deste início de ano superam os 3.143 desligamentos registrados no mesmo período de 2011 e estão acima da média sazonal, diz o sindicato.

As empresas da **Zona Franca** empregavam 112,2 mil pessoas em janeiro. As fábricas de condicionadores de ar empregam, em média, 12 mil trabalhadores. O ramo de motocicletas, 30 mil.

Para o presidente da **Fieam**, Antônio Simões, **importações** da China reduzem a competitividade da **Zona Franca** e afetam **exportações**. Os fabricantes criticam a concessão de incentivos fiscais por Estados **importadores**.

O presidente da Eletros, Lourival Kiçula, defendeu a elevação do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) como forma de proteção da indústria nacional.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Vendas crescem 15% e governo deve prorrogar redução do IPI até junho		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Daniele Madureira e João Villaverde

A indústria de eletrodomésticos deve conseguir a extensão do prazo de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para linha branca. Segundo apurou o Valor, os fabricantes contarão com o benefício até 30 de junho. A redução, que vale para refrigeradores, fogões, lavadoras de roupa e tanquinhos, começou em 1º de dezembro e o fim estava previsto para 31 de março.

A Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros) diz que, nos quatro meses de vigência do benefício, as vendas de linha branca devem encerrar com alta de 10% a 15% sobre o mesmo período do ano anterior. As lavadoras de roupa, que são o eletrodoméstico com menor taxa de presença nos lares, menos de 50%, vem puxando esse crescimento, diz Lourival Kiçula, presidente da Eletros. A indústria defende que o benefício se estenda até 31 de dezembro.

É o tempo para os fabricantes se organizarem a fim de que, a partir de 2013, a indústria ofereça produtos com maior eficiência energética, diz Kiçula. A proposta da Eletros é que o IPI seja cobrado conforme o nível de economia de energia: quanto mais econômico o produto, menor o imposto.

A extensão da redução do IPI por mais tempo a partir do segundo semestre não está descartada, disse uma fonte na área econômica, porque o governo está satisfeito com o desempenho da indústria. Os incentivos tiveram efeito imediato e o governo sabe da importância que a cadeia produtiva do setor tem para o **mercado** de trabalho, disse a fonte. Mas, por enquanto, não há nenhum entendimento quanto ao assunto.

O governo não pretende dar sinais de que novas prorrogações vão ocorrer para evitar um efeito contrário ao que se quer no varejo. Se o consumidor sabe que os incentivos terão tempo limitado, opta por antecipar sua compra de eletrodoméstico, estimulando o setor. Para a Eletros, caso o benefício se estenda a 31 de dezembro, o **mercado** tem condições de manter o crescimento de 15% em volume.

O varejo estava ansioso em relação a um posicionamento do governo. Precisamos preparar os folhetos de ofertas de abril e, enquanto não houver uma posição oficial sobre a prorrogação do IPI, fica tudo paralisado, diz o diretor de compras da Máquina de Vendas, Rômulo Cunha. A empresa, dona das redes Ricardo Eletro, Insinuante, City Lar e Eletro Shopping, com mais de 900 lojas no país, registrou crescimento de 15% nas vendas de linha branca desde 1º de dezembro, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Sem o IPI, jamais cresceríamos dois dígitos nesse período, diz.

Já a indústria não estava preparada para o aumento repentino da demanda. Conforme antecipou o Valor em 2 de fevereiro, faltou produto no varejo, situação que ainda é observada em algumas lojas. Nós não tínhamos a menor ideia de que seria aprovado o IPI e a **produção** estava ajustada para a desaceleração natural do início do ano, diz um grande fabricante.

De qualquer forma, a indicação positiva do governo em relação ao IPI vai permitir a alguns empresários respirarem aliviados. Meu medo está nos pedidos fechados agora, baseados na continuidade do IPI, diz outro fabricante. Se o governo desistir, o varejo simplesmente cancela a encomenda.

	VEÍCULO ZERO HORA	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria naval transforma Estado		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

POLO DE OPORTUNIDADES Além de movimentar a região de Rio Grande, investimentos alcançam municípios em torno de rios como Jacuí e Taquari. Embora a face mais portentosa fique em Rio Grande, onde estaleiros de grande porte fabricam cascos e montam plataformas, o polo naval ultrapassou o limite da Metade Sul. Além de fornecedores espalhados por várias regiões, a indústria oceânica começa a singrar as hidrovias do Estado e atracar ao longo de rios como o Jacuí e o Taquari.

Em Charqueadas, na Região Metropolitana, UTC Engenharia, lesa e Engecampo farão módulos de plataformas. Novos investimentos também para municípios vizinhos são negociados, adianta Marcus Coester, presidente da Agência Gaúcha de **Desenvolvimento** e Promoção do Investimento (AGDI). Coester explica que a estratégia de descentralizar a indústria naval surgiu da percepção do **mercado** de que a Metade Sul ficou sem oferta de mão de obra e capacidade de receber novos projetos. O novo polo ao redor do Rio Jacuí será complementar aos estaleiros bilionários do Sul gaúcho.

A hidrovia entra como necessidade porque são grandes equipamentos que não podem ser transportados por estrada até Rio Grande. No caso dos módulos de plataformas, são mais de 800 toneladas observa.

Componentes importados também abrem mercado

Na região de Triunfo, São Jerônimo e Charqueadas, a AGDI também oferece locais para outras companhias. Há interesse de pelo menos três empresas de áreas de motores a diesel para o setor naval e guindastes. Há ainda sondagens em Tapes e na área portuária entre Porto Alegre e Canoas. Em São José do Norte, onde ficará o estaleiro da EBR, um grupo estrangeiro analisa a **produção** de plataformas e sondas.

Para o vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) no Estado, Hernane Cauduro, ainda há uma série de oportunidades para a indústria gaúcha. O interesse recai principalmente sobre componentes de maior valor mais alto, hoje **importados**. Um dos entraves seria a falta de informações detalhadas sobre os itens.

Um sistema de comando das embarcações, por exemplo, é um projeto que vem fechado de fora, tipo uma caixa preta. Essas especificações precisam ser abertas para que também possa ocorrer fabricação local pondera Cauduro.

CAIO CIGANA

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO Responsabilidade sobre as ruas do Distrito será decidida pela Justiça		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A falta de infraestrutura ocorre há anos e tem motivado constantes reclamações de moradores e trabalhadores da área

Polo Industrial de Manaus (Arquivo A Crítica)

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) divulgou nota, na tarde desta terça-feira (20/03), esclarecendo que tramita na Justiça processo para apurar a quem cabe a responsabilidade de prestar manutenção às ruas do Distrito Industrial, Zona Sul de Manaus, as quais encontram-se em “más condições de trafegabilidade”, conforme a nota.

O problema, que ocorre há anos, tem motivado constantes reclamações de moradores e trabalhadores da área. Segundo as palavras do Superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, “no momento que o Governo do Estado comunica à Sociedade Amazonense o encaminhamento da solução para recuperação das vias do Distrito Industrial, a direção da Suframa entende ser oportuno prestar esclarecimentos sobre a questão de infraestrutura do Distrito Industrial”.

Ele explica que o problema está entre as prioridades do órgão e ressalta que “a noção corrente de que a manutenção e recuperação daquelas vias sejam de responsabilidade da Suframa tem sido objeto de contestação de órgãos de controle que entendem que, após a autarquia dotar os lotes de infraestrutura e proceder o registro de loteamento, passam a integrar o domínio do município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros espaços urbanos”.

Ou seja: após o registro do loteamento, ele passa a ser de responsabilidade do município, assim como os demais bairros da cidade. Contudo, Nogueira destaca que buscou estabelecer diálogo com representantes do poder público estadual e municipal para construir uma solução para o problema.

Ele aproveita a oportunidade para agradecer o governador Omar Aziz por intervir na busca pela solução e acrescenta que, vencida esta etapa da recuperação imediata, será possível se deter apenas à questão jurídica em prol da revitalização da área.

	VEÍCULO PORTAL D24AM	EDITORIA	
	TÍTULO Ausência de áreas emperra novos investimentos industriais no Estado		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A instalação de indústrias em galpões tem sido a alternativa encontrada por investidores que não encontram terrenos apropriados para instalar os empreendimentos

Empresas do setor de Eletroeletrônico, Duas Rodas e Termoplástico buscam terrenos para negócios **Manaus**. A falta de terrenos está emperrando a instalação de 115 empresas dos segmentos de Eletroeletrônico, Prestação de Serviços, Termoplástico, Metalúrgico, Mecânico, Duas Rodas e Gráfico no Polo Industrial de **Manaus (PIM)**, de acordo com dados da **Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)**.

A falta de locais disponíveis para venda no Distrito I faz com que os empresários busquem aluguéis de galpões no próprio Distrito ou em áreas nas Avenidas Torquato Tapajós e Turismo.

Segundo o vice-presidente do Conselho **Regional** de Economia do **Amazonas** (Corecon-AM), Francisco Mourão Junior, o preço do aluguel do metro quadrado varia de R\$ 15 a R\$ 20 em **Manaus**. Esse preço em um terreno de dez mil metros para uma empresa de pequeno porte que está começando é muito alto. É um dos aluguéis mais caros do País, afirma. Segundo ele, o aluguel de um galpão em São Paulo com as mesmas proporções é de no máximo R\$ 16.

A alternativa acaba sendo 15 vezes maior que a compra de um terreno no Distrito, já que a legislação prevê que a venda desses locais, intermediada pela **Suframa**, é de R\$ 1 o metro quadrado. Se o empresário decidir comprar um terreno fora do Distrito, o valor pago pode chegar a R\$ 300 o metro quadrado, conforme disse o consultor Rodemarck Castelo Branco.

O **Superintendente** adjunto de Projetos da **Suframa**, Gustavo Igrejas, explica que fora dos Distritos Industriais as regras são de **mercado**. Ele disse, ainda, que dentro das áreas do Distrito, caso seja uma área livre, a empresa pode solicitar a mesma da **Suframa**, sendo concedido preliminarmente um Termo de Reserva de Área. O **Superintendente** reforça que, após os trâmites legais e a aprovação dos projetos de engenharia, arquitetura e projeto técnico-econômico no Conselho de Administração da **Suframa** (CAS), a área é vendida a R\$ 1 o metro quadrado.

Na opinião do consultor José Laredo, o problema da falta de terrenos disponíveis para as empresas se instalarem em **Manaus** já é antigo. Laredo explica que só há espaços disponíveis para compra no Distrito II. Lá (Distrito II) caímos no problema do terreno que não é plano. Aí a empresa tem que arcar com o serviço de terraplanagem consistente, afirma. Ele e outros consultores reforçaram que a área do Distrito II tem terrenos com desnível acentuado e esse alto custo da terraplanagem que faz com que as empresas recorram à locação de galpões.

O presidente do Centro da Indústria do Estado do **Amazonas** (Cieam), Wilson Périco, afirma que os empresários não tem interagido com a **Suframa** na busca por esses terrenos. Entendemos que não cabe apenas à **Suframa** disponibilizar esses locais. É também um interesse do Estado e do Município que também se beneficiam com o faturamento do **PIM**, afirma.

	VEÍCULO DIÁRIO GAÚCHO	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria naval traz investimentos e cria oportunidades para o Estado		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Além de movimentar a região de Rio Grande, negócios alcançam municípios em torno de rios como Jacuí e Taquari CAIO CIGANA | caio.cigana@zerohora.com.br

Embora a face mais portentosa fique em Rio Grande, onde estaleiros de grande porte fabricam cascos e montam plataformas, o polo naval ultrapassou o limite da Metade Sul.

Além de fornecedores espalhados por várias regiões, a indústria oceânica começa a singrar as hidrovias do Estado e atracar ao longo de rios como o Jacuí e o Taquari.

Em Charqueadas, na Região Metropolitana, UTC Engenharia, lesa e Engecampo farão módulos de plataformas. Novos investimentos também para municípios vizinhos são negociados, adianta Marcus Coester, presidente da Agência Gaúcha de **Desenvolvimento** e Promoção do Investimento (AGDI).

Coester explica que a estratégia de descentralizar a indústria naval surgiu da percepção do **mercado** de que a Metade Sul ficou sem oferta de mão de obra e capacidade de receber novos projetos. O novo polo ao redor do Rio Jacuí será complementar aos estaleiros bilionários do Sul gaúcho.

A hidrovia entra como necessidade porque são grandes equipamentos que não podem ser transportados por estrada até Rio Grande. No caso dos módulos de plataformas, são mais de 800 toneladas observa.

Componentes **importados** também abrem **mercado**

Na região de Triunfo, São Jerônimo e Charqueadas, a AGDI também oferece locais para outras companhias. Há interesse de pelo menos três empresas de áreas de motores a diesel para o setor naval e guindastes.

Há ainda sondagens em Tapes e na área portuária entre Porto Alegre e Canoas. Em São José do Norte, onde ficará o estaleiro da EBR, um grupo estrangeiro analisa a **produção** de plataformas e sondas.

Para o vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) no Estado, Hernane Cauduro, ainda há uma série de oportunidades para a indústria gaúcha.

O interesse recai principalmente sobre componentes de maior valor mais alto, hoje **importados**. Um dos entraves seria a falta de informações detalhadas sobre os itens.

Um sistema de comando das embarcações, por exemplo, é um projeto que vem fechado de fora, tipo uma caixa preta. Essas especificações precisam ser abertas para que também possa ocorrer fabricação local pondera Cauduro.

	VEÍCULO BLOG DO MARCOS SANTOS	EDITORIA	
	TÍTULO Estado vai consertar ruas do distrito e <u>Superintendente da Suframa</u> lembra ações judiciais		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A recuperação das ruas do Distrito Industrial de Manaus, totalmente esburacadas, será feita pelo Governo do Amazonas, através da Secretaria Extraordinária da Região Metropolitana. A decisão foi comunicada ao Superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira, pelo gabinete do governador Omar Aziz. Nogueira emitiu “Nota à Sociedade”, hoje, afirmando que a autarquia não recuperou as ruas porque o processo foi judicializado e ainda não há decisão da Justiça quanto ao caso.

A Suframa, sob a ex-Superintendente Flávia Grosso, conveniou com o Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam) e com o Exército Brasileiro para a execução da obra. Ambos os convênios foram denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF). A verba destinada ao trabalho, R\$ 60 milhões, acabou sendo devolvida aos cofres da União. As ruas esburacaram ainda mais.

A Nota do Superintendente afirma que os “órgãos de controle entendem que, após a Suframa dotar os lotes de infraestrutura e proceder o registro de loteamento, ‘passam a integrar o domínio do município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros espaços urbanos’”. É o que diz o Termo de Ajuste de Conduta 001/2008, firmado com o MPF. “A questão inclusive transbordou para a área judiciária, com imposição de responsabilidade dos gestores, estando ainda sem resolução final”, diz o comunicado.

Ruas, como a avenida Buriti, uma das principais da zona industrial, estão sem asfalto e entregues aos buracos. São objeto de reclamações diárias de motoristas e moradores.

Leia, abaixo, a nota da Suframa.

Nota à Sociedade

No momento que o Governo do Estado comunica à Sociedade Amazonense o encaminhamento da solução para

recuperação das vias do Distrito Industrial, a direção da SUFRAMA entende ser oportuno prestar esclarecimentos sobre a questão de infraestrutura do Distrito Industrial.

Informamos que esse é um problema real que tem sido tratado de forma prioritária pela direção da SUFRAMA que compartilha com a Sociedade as mesmas preocupações com os danos e inconvenientes causados a pessoas e empresas pelas más condições de trafegabilidade naquela área da cidade, tão vital ao Polo Industrial de Manaus e a inúmeras famílias.

Ocorre, no entanto, que a noção corrente de que a manutenção e recuperação daquelas vias sejam de responsabilidade da SUFRAMA tem sido objeto de contestação de órgãos de controle que entendem que, após a SUFRAMA dotar os lotes de infraestrutura e proceder o registro de loteamento, “passam a integrar o domínio do município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros espaços urbanos” (cf. Compromisso de Ajuste de Conduta 001/2008). A questão inclusive transbordou para a área judiciária, com imposição de responsabilidade dos gestores, estando ainda sem resolução final.

Por esse aspecto é que a direção da SUFRAMA buscou estabelecer diálogo com representantes do poder público estadual e municipal para construir uma solução que não agudizasse as discussões jurídicas e sim entregasse uma solução efetiva para o problema.

O elevado espírito público do Governador Omar Aziz possibilitou agilizar a solução. Vencida esta etapa – da recuperação imediata – podemos nos deter com mais cautela nas discussões jurídicas no sentido de permitir à SUFRAMA contribuir pela manutenção e revitalização de uma área da cidade crítica para desenvolvimento de nossa economia

Thomaz A.Q. Nogueira

Superintendente